

RESISTÊNCIA A NOVAS PROPOSTAS DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS

*Silma do Carmo Nunes**

INTRODUÇÃO

Ao final do ano de 1986, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais propôs uma reformulação geral nos currículos e nos programas de ensino para as escolas mineiras, abrangendo o ensino de 1º e 2º graus.

A partir dessa ocasião, muitos foram os questionamentos levantados acerca das condições nas quais ocorreram essas propostas de mudanças para os referidos níveis de ensino em Minas Gerais.

Questionou-se desde a maneira como os professores foram convidados a participar do processo até o modo pelo qual se tentou implementar as mudanças. Críticas não faltaram, movidas por diferentes sentimentos e interesses expressos naquele e em momentos posteriores. Alguns criticavam a falta de democracia em todo o processo, alegando a exclusão da maioria dos principais interessados nas possíveis mudanças, como os professores do ensino de 1º e 2º graus e também os alunos destes níveis de ensino. Alguns alegavam "transtornos" ocorridos nos currículos, quando alguns conteúdos foram privilegiados e outros perderam prestígio dentro da dita reformulação. Outros direcionaram suas críticas para o referencial teórico-metodológico das novas propostas de programas para os diversos conteúdos.

É notório, ainda hoje (1990), que os motivos das críticas eram diferenciados dentro dos diversos setores que as faziam e ainda fazem. Algumas delas eram movidas por ressentimentos em ver o número de aulas semanais de determinados conteúdos reduzido. Outros criticavam porque não estavam dispostos a mudanças e inovações, então sequer analisavam aspectos que os beneficiassem, como, por exemplo, ampliação de carga horária do conteúdo, o que, muitas vezes, já era reivindicação antiga do grupo. Existiam, ainda, aqueles que no afã de demonstrar uma "superioridade" teórico-metodológica criticavam programas, conteúdos, metodologia e referencial teórico das propostas.

* Mestranda em Educação Brasileira - UFU e Professora da Escola de Educação Básica - UFU.

Entretanto, os "bons críticos" em pouco ou nada contribuíram para que mudanças significativas fossem efetuadas no ensino do 1º e 2º graus, especialmente em Uberlândia.

Na época, atuávamos como professora de História na Rede Estadual de Minas Gerais, em Uberlândia, ministrando aulas de 5ª a 8ª séries e também no 2º grau. Além disso, tivemos a oportunidade de acompanhar todo o processo de reformulação curricular, desde o seu início até a tentativa da sua implementação nas escolas públicas da Rede Estadual mineira.

Concordando com parte das críticas levantadas e discordando (principalmente hoje) de muitas delas, é que nos propusemos analisar os resultados dessa política de mudança dos currículos e programas para o ensino de 1º e 2º graus em Minas Gerais. O recorte refere-se ao ensino de História em Uberlândia, na rede pública estadual.

A nossa pretensão é perceber se existe, ainda hoje, a mesma resistência de 1987, quando se iniciou a implementação da nova proposta curricular de História na referida rede de ensino e o que mudou na mentalidade dos professores daquela época até o presente momento.

Partimos do pressuposto de que as resistências ainda existem, mas que elas não se fundamentariam só no aspecto antidemocrático da Secretaria Estadual de Educação ou da 26ª Delegacia Regional de Ensino. A nosso ver, elas se embasariam nas dificuldades encontradas pelos professores no que diz respeito à sua formação profissional, como também numa indefinição filosófica de educação e ainda numa indefinição teórico-metodológica, aspectos que são muito mais sérios do que a falta de democracia da Secretaria de Estado da Educação.

Além disso, aqueles que tanto criticavam e ainda criticam o processo, os currículos e programas, especialmente a Universidade, formadora de muitos desses profissionais, ficaram presos a um discurso "progressista", mas, concretamente, em que contribuíram para mudar efetivamente o ensino de História no 1º e 2º graus?

Estes são alguns dos aspectos que pretendíamos analisar através de uma pesquisa a se desenvolver com uma parcela dos professores de História que atuava na rede estadual de Uberlândia. Antes, porém, será analisada, ainda que superficialmente, a bibliografia que fundamentou muitas críticas, sobretudo no meio universitário, às propostas de mudanças e/ou até mesmo ao "conservadorismo" dos professores de História que atuam no ensino de 1º e 2º graus. Teremos o cuidado de não desprezar

também aquelas produções que a nível local (Uberlândia) se preocupavam com o assunto.

Outra preocupação nossa é analisar e avaliar como se encontra o ensino de História em Uberlândia, atualmente. Objetivamos esclarecer se a resistência às mudanças prevalece acima das tentativas de melhoria da qualidade de ensino de História no 1º e 2º graus e verificar as diversas tendências existentes no professorado de História, que esperamos estarem refletidas na amostra pesquisada.

CRÍTICAS E TENTATIVAS DE AVANÇOS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO 1º E 2º GRAUS NO PERÍODO 80/90: BREVE REFLEXÃO

Os anos 80, principalmente até a primeira metade desta década, foram bastante férteis no que se refere às discussões sobre o ensino de História para 1º e 2º graus. Além das discussões, encontros e congressos nos quais o assunto era abordado, produziram-se trabalhos importantes que delinearão algumas mudanças para esses níveis de ensino; todos eles eram centrados na preocupação com os seguintes aspectos: a produção/reprodução do conhecimento; a questão do livro didático e sua ideologia; a metodologia do ensino; os programas e currículos; o referencial teórico dos profissionais de História e as novas experiências e abordagens no ensino de História para 1º e 2º graus.

O claro objetivo do momento era romper com a visão mais conservadora e tradicional de se ensinar História, quase sempre baseada na teoria positivista do século XIX, em que predomina a idéia de uma verdade única, com destaque para as datas, os heróis, a objetividade científica dentre outros aspectos que permeiam a teoria positivista.

Em 1984, a Editora Marco Zero publicou o livro "Repensando a História", organizado por Marcos A. da Silva, que sintetizava, através de vários artigos, boa parte das discussões e experiências que até então havia povoado os meios acadêmicos e os espaços destinados aos profissionais de História, entre eles os professores de 1º e 2º graus.

Existia, naquele momento, uma preocupação bastante generalizada, sobretudo no meio dos teóricos da educação, em demonstrar que a escola, nos seus variados aspectos, não passava de uma maneira eficaz de preservação dos interesses das classes dominantes. Era o discurso reprodutivista da escola, fundamentado em alguns teóricos daquele momento, destacando-se dentre eles Bourdieu e Passeron.

As produções que então apareceram sobre o ensino de História estavam carregadas dessa postura teórica.

Ao se analisar aspectos como aqueles já referidos anteriormente, como o livro didático, por exemplo, ficava bastante clara a influência da teoria reprodutivista nos nossos meios acadêmicos.

Entretanto, esquecia-se de fazer um re-exame da escola e da educação para verificar se no bojo das mesmas existem possibilidades de se trabalhar no sentido inverso.

Compartilhando do pensamento gramsciano, entendemos que a escola é um espaço fundamental para orientar as camadas não privilegiadas da sociedade na conquista de uma cultura, não no sentido de acervo de conhecimento enciclopédico, de caráter sempre burguês,

“mas de uma cultura próxima da vida e situada na história, cuja aquisição habita o homem para interpretar a herança histórica e cultural da humanidade e definir-se diante dela.” (Mochcovitch, 1988. p. 57).

A escola, vista por esse ângulo, é um lugar que, apesar das dificuldades que sempre vem enfrentando, pode proporcionar a reelaboração do(s) saber(es) imposto(s) pela cultura tradicional e elitista, possibilitando o reencontro com outros caminhos que sejam menos elitistas, mais democráticos e voltados para os interesses das camadas sociais excluídas dos privilégios de uma sociedade como a nossa, traspassada pelas lutas de classe e pelo predomínio de uma cultura e de valores que resguardam as diferenças de classes.

Por outro lado, não podemos deixar de perceber que esta reflexão da escola e da educação enquanto fator reprodutivista contribuiu para romper um pouco com as teorias mais tradicionalistas de educação que consideram a escola como tábua de salvação para todas as classes sociais indistintamente. Nessa visão tradicional de escola não se levam em conta as diferenças e nem a luta de classes. Elaborava-se um discurso no qual as oportunidades aparecem como sendo iguais para todos e o espaço da escola transforma-se no *“locus”* privilegiado para eliminar as diferenças sociais.

As reflexões e as produções acerca do ensino de História no período dos anos 80/90, apesar das falhas apontadas, foram fundamentais para que avanços ocorressem na mentalidade dos professores de História do 1º e 2º graus, principalmente na implementação de novas concepções, novas abordagens da História. Também abriram caminho para um repensar do uso do livro didático que, aos poucos, começou a ser questionado em seu

conteúdo e na ideologia que invariavelmente tenta reproduzir - a ideologia da classe dominante.

TENTATIVAS DE MUDANÇAS NO ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE UBERLÂNDIA: AS RESISTÊNCIAS E OS AVANÇOS.

Esta é uma análise que não pode ser feita desvinculada de fatores mais amplos, como a política educacional dos últimos anos, produção historiográfica recente voltada para o ensino de História, sobretudo em Uberlândia, e também a relação entre a Universidade e o ensino de 1º e 2º graus.

Tentando abarcar todos estes aspectos da forma menos compartimentada possível, fizemos uma pesquisa com doze professores de Uberlândia que atuavam no ensino de História do 1º e 2º graus. A amostra era constituída de 9,6% das escolas urbanas de Uberlândia, sendo a maioria delas de 5ª a 8ª séries e duas de 2º grau. Foi pesquisado apenas o ensino de História.

A política educacional dos últimos anos tem sido marcada pelo descaso dos governantes e isto tem-se refletido nas condições de funcionamento das escolas. Não aprofundaremos nossa análise sobre essa política, mas sabemos que ela impede a melhoria das condições de ensino, principalmente para as classes populares.

Toda tentativa de mudança, seja nos currículos, ou nos programas, ou no funcionamento geral da escola acaba emperrado ou se desenvolve em tamanha lentidão que quando as transformações começam a acontecer já estão muito aquém das necessidades pedidas pela realidade sócio-cultural, econômica e política que permeia o cotidiano daqueles que compõem a escola: seus alunos, os professores, os funcionários e a administração.

Em Minas, apesar da resistência organizada dos professores aos descasos e desmandos dos governantes, a situação não é diferente. Neste contexto, implementar um novo Programa de História tem sido uma verdadeira batalha. Faltam condições materiais aos professores, como papel, estêncil, biblioteca adequada e outros. Não existe política de aperfeiçoamento dos docentes e estes se vêem sempre impossibilitados de renovar seus conhecimentos e repensar sua prática cotidiana em sala-de-aula.

Quando a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais resolveu modificar os currículos e programas das suas escolas, muitas resistências surgiram por parte dos professores e muitas críticas foram levantadas em relação ao processo desencadeado por aquela Secretaria.

Em Uberlândia, várias críticas foram feitas às tentativas de mudança no programa de História para 1º e 2º graus. Além de o processo de elaboração ter sido considerado antidemocrático, porque não teve a ampla participação dos professores de História, foram criticados o conteúdo e a metodologia da nova proposta programática de História para 1º e 2º graus.

"O novo programa de História, apesar de romper com a cronologia até então contida nos currículos oficiais, elege uma outra ainda mais complexa". (Fonseca e Dângelo, 1988. p. 242)

Tendo como referência a proposta de conteúdo para o ensino de História de 5ª a 8ª séries, afirmam esses autores:

"O programa reduz a necessidade de uma Nova História, mais crítica e dinâmica, a uma História única com início, meio e fim já determinados, não deixando brechas às contingências e às diferenças próprias do viver em sociedade." (Fonseca e Dângelo, 1988. p. 243)

A crítica aqui apresentada pelos autores, ao mesmo tempo que ressalta o aspecto fechado da proposta, não deixando brechas para explicitar as divergências e as diferenças do viver em sociedade, se contradiz ao afirmar que o programa reduz a necessidade de uma Nova História, mais crítica e dinâmica.

Poderíamos então indagar qual seria essa "Nova História"? Existiria alguma outra proposta de História que não tivesse, embutida em si, posturas teóricas e que reafirmam determinadas crenças, determinadas concepções de sociedade e de mundo?

Talvez fosse bastante prudente da nossa parte, profissionais da História que somos, evitar desqualificar completamente determinadas propostas em função de privilegiar alguma(s) outra(s) que, por certo, têm merecido muitas críticas.

Os problemas que têm impedido os professores de História de 5ª a 8ª séries do 1º grau e também do 2º grau da Rede Oficial de transformar a sua prática, de renovar seus programas ou mesmo de se adaptar à nova proposta de Minas Gerais são outros.

A pesquisa revelou que os professores, em sua maioria, não possuem clareza de posturas teóricas e, via de regra, não estão preocupados com isso. Preocupam-se, sim, em melhorar a qualidade de suas aulas e em adequá-las à realidade cotidiana dos seus alunos. Queixam-se dos encontros dos quais participaram para discutir programas e metodologias, dizendo que eles não atendem aos seus interesses e necessidades. Ao indagarmos a uma professora da rede estadual sobre o que ela achava dos debates, encontros, seminários que tratavam do ensino de História e do novo programa de Minas Gerais, ela respondeu:

“Uma porcaria, nunca é discutido o que é do interesse do professor e do aluno.”

Como se percebe, os professores são mais imediatistas, querem discutir alguma coisa que os oriente e não que os deixe ainda mais perdidos do que já estão. Não é por acaso que uma outra professora respondeu à mesma indagação que fizemos:

“Os encontros são bons mas sem continuidade. Os professores ficam sem ajuda e sem orientação.”

Esta postura da maioria dos professores de História da rede oficial nos revela um outro aspecto já abordado algumas vezes, mas pouco levado a sério. A maioria desses profissionais de História é formada em licenciatura curta (Estudos Sociais) em faculdades particulares. Este fato lhes dificulta captar determinadas discussões acerca de posturas teóricas, metodologias de ensino, filosofia educacional. Nesse caso, querer exigir que cada um encontre o seu caminho, “sem receitas prontas e acabadas”, como muito se tem dito, é ilusão.

Insistir em não apontar caminhos, direções a serem trilhadas por esses profissionais do ensino é contribuir fortemente para o continuísmo, a mesmice, à não renovação. E é por isso que a maioria dos profissionais da História da rede, mesmo sentindo enorme dificuldade em adotar a nova proposta mineira de História, tem-se empenhado em não desprezá-la e procura trabalhá-la da melhor forma possível, porque na visão deles, como disse uma outra professora,

“abandonar o velho já é uma forma de renovar. O novo programa permite uma análise, através de estudo das relações de trabalho e produção, a natureza e o poder, a maneira de viver e pensar cada sociedade. Permite perceber o indivíduo como agente transformador da História, que não está pronta e acabada.”

Outros profissionais da área fizeram observações semelhantes quando foram procurados para conversar sobre a nova proposta.

Um outro ganho que os professores de História de Minas Gerais tiveram com a nova proposta curricular foi a ampliação da carga horária semanal da disciplina, o que era um sério problema por eles enfrentado. Ela passou de duas para três aulas semanais nas quatro últimas séries do 1º grau (5ª a 8ª) e no 2º grau, onde só havia duas aulas em uma das três séries, passaram a existir três aulas na 1ª, três aulas na 2ª e duas na 3ª.

Como podemos observar, talvez os ganhos tenham sido maiores do que as perdas, se é que houve perdas.

As resistências às mudanças existem e não podem ser ignoradas. Os motivos são diversificados. Alguns queixam-se da dificuldade de entender a nova proposta, da falta de livros que se adaptem a ela, e até mesmo de ela estar fora da realidade dos alunos, como aparece nas duas citações abaixo:

"Não adoto a proposta por falta de condições didáticas e material para trabalhar com ela. Nem papel temos na escola."

"Na escola tem o livro e penso que os alunos precisam conhecer primeiro o Brasil e depois o mundo lá fora."

Pelas afirmações acima, nota-se que muitos professores não possuem nenhuma preocupação com determinado referencial teórico, mas andam à cata de livros que direcionem seu trabalho.

Outro fator muito problemático é perceber que, baseados em uma certa formação acadêmica, alguns professores têm "verdades" estabelecidas e das quais não querem abrir mão, considerando mesmo que elas são fundamentais e que não podem ser mudadas.

O livro didático ainda serve de muleta para muitos. Entretanto, foi interessante perceber que também muitos já não se apóiam tão somente neles e ousam criar seu material alternativo.

No campo das resistências encontramos quem afirmasse que, com a nova proposta, o ensino de História em Uberlândia se tornou uma confusão, onde cada um faz o que quer e como quer:

"Não estou mais gostando de trabalhar com História porque está uma confusão. Cada um faz de um jeito e a gente se sente perdida, sem saber se o que estamos fazendo está legal ou não."

Esta afirmativa de uma professora da rede nos alerta bem para o risco do relativismo subjetivista que poderá tomar conta do ensino de História, se toda e qualquer proposta começar a ser completamente desqualificada!

Um outro fator de resistência que não apareceu claramente nas falas dos entrevistados, mas se fez claro no silêncio daqueles colegas que se recusaram a dar seus depoimentos, sejam orais ou escritos, é o medo da crítica.

Mesmo tendo sido professora de História da rede estadual de Uberlândia durante muitos anos, o fato de hoje estarmos atuando na Escola de Educação Básica da UFU e estarmos desenvolvendo projetos no Laboratório de Ensino e Aprendizagem de História, no Departamento de Ciências Sociais (Revista e Cadernos de História para 1º e 2º graus) já foi suficiente para que alguns simplesmente dissessem: "La vêm vocês da Universidade outra vez colher informações para depois nos criticar!".

Esse tipo de resistência, como não querer dar informação aos profissionais ligados à Universidade, nos leva à necessidade de refletir até que ponto o relacionamento desta com o 1º e 2º graus tem sido satisfatório.

Geralmente, o que tem ocorrido com certa frequência é um vasto campo de acusações entre 3º, 2º e 1º graus. Os professores universitários colocam a culpa das péssimas condições de ensino no 1º e 2º graus. Os professores destes últimos níveis de ensino acusam a universidade de nada fazer para melhorar o ensino básico.

O que é preciso considerar urgentemente é que troca de acusações e críticas desprovidas de ação em nada amenizará os problemas educacionais.

A universidade precisa sair da sua posição elitista e vanguardista e influenciar a escola de segundo e primeiro graus com suas pesquisas. Ela é a sede da maior parte das pesquisas sobre ensino, aprendizagem, elaboração de testes, avaliação das políticas educacionais.

Com a proposta de extensão, as universidades podem promover, nas férias de verão e de inverno, cursos de atualização dos professores da rede pública de 1º e 2º graus, tematizando as várias questões que são problemáticas hoje na educação.

"O processo de reciclagem permanente do professorado da rede pública de primeiro e segundo graus deve ser estimulado pelos órgãos do governo e assumido corajosamente pela universidade pública, para assegurar a

crecente melhoria da qualidade de todo o sistema educacional." (Santos Filho, 1990. p. 23)

Já é tempo de as universidades, Secretarias Estaduais de Educação e Delegacias Regionais de Ensino traçarem políticas conjuntas, visando à melhoria da qualidade do ensino. Nesta política deve haver espaço para tratar de programas, currículos e metodologias que interessem aos diferentes níveis de ensino.

Em outras palavras, ao invés de se criticarem mutuamente, a única forma de estes órgãos amenizarem os problemas da educação brasileira nos diferentes níveis de ensino é promovendo uma articulação entre estes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante resultados obtidos com esta pesquisa acerca do ensino de História no 1º e 2º graus da Rede Estadual em Uberlândia, pudemos confirmar dados que já estavam delineados em outras pesquisas, mas pudemos também avançar um pouco mais no assunto.

Percebemos que, apesar de todos os problemas enfrentados pelos profissionais de História da Rede Oficial em Uberlândia, hoje a implementação da nova proposta programática de História no 1º e 2º graus já é uma realidade. Muitos professores desses níveis de ensino e muitas escolas já adotam a nova proposta mineira de História.

Apesar das críticas ao referencial teórico da proposta, os professores demonstraram mais simpatia por ela do que pela proposta tradicional da História oficial embasada nos princípios positivistas do século XIX.

Fica-nos bastante claro que a maioria dos nossos profissionais de História não possui uma definição filosófica de educação e isto influi decisivamente em seu trabalho cotidiano em sala de aula. Os problemas que eles conseguem enxergar nos programas que tentam desenvolver se reduzem muito às questões materiais: livro didático, materiais de consumo, como papel e estêncil, acúmulo de tarefas, escassez de tempo disponível para estudar mais e propor mudanças no seu trabalho.

Embora na nossa amostra todos eles tenham demonstrado interesse em ensinar uma História voltada para o mundo real e concreto do cotidiano dos alunos, nenhum deles demonstrou preocupação em produzir novos conhecimentos e nem em levar seus alunos a trabalharem nessa perspectiva.

Apenas uma professora de uma escola de periferia, de 5ª a 8ª série, demonstrou estar trabalhando nesta linha da tentativa de fugir ao reprodutivismo das teorias já prontas, elaboradas.

Uma outra professora de segundo grau demonstrou ter preocupação em trabalhar a diversidade das idéias e das teorias com os seus alunos, rompendo com a visão de uma única "verdade" histórica.

Professores criticaram o relativismo subjetivista que tem permeado o ensino de História em Uberlândia. Alegaram a necessidade de os alunos terem um ensino mais ou menos homogêneo de História.

Embora discordando dessa última parte, também não compartilhamos do relativismo subjetivista, porque ele dá margem para que alguns mais acomodados fiquem eternamente presos ao programa tradicional oficial.

A nova proposta de Minas Gerais, se não é a ideal, não chega também a ser totalmente ruim, pois trouxe muitas contribuições aos profissionais de História de Minas Gerais que trabalham com o 1º e 2º graus. A ampliação da carga horária de História, reivindicação antiga, que vinha sendo feita desde o início dos anos 70, é um exemplo das suas vantagens. Ter contribuído para que muitos professores passassem a estudar mais e a repensar sua prática no espaço da sala-de-aula foi outra boa contribuição. O melhor caminho, provavelmente, seria a sua reformulação.

Pudemos perceber, de certa maneira, que a universidade também se encontra fora da realidade dos problemas que afetam o ensino de 1º e 2º graus e, conseqüentemente, faz críticas a esses níveis de ensino, mas concretamente não consegue ajudar em quase nada para a mudança do quadro educacional que hoje está colocado.

É tempo de reflexão conjunta para universidades e Secretarias Estaduais de Educação, objetivando criar políticas mais adequadas para a educação brasileira.

Aos críticos da nova proposta para o ensino de História de Minas Gerais cabe repensar muitas das suas afirmações, embora em muitos aspectos as críticas tenham fundamento.

Finalmente, parece-nos que a proposta de Minas Gerais não é melhor e nem pior do que a nova proposta de São Paulo ou de outros Estados. Se isto fosse verdade, aquelas já estariam implementadas e com sucesso, pois são mais antigas do que a proposta mineira. Entretanto, estão somente no papel, embora não tenhamos conhecimento dos fatores

políticos que eventualmente as tenham impedido de se concretizar nas escolas de 1º e 2º graus da rede pública de seus Estados.

Nesse momento uma tarefa está posta para os profissionais de História e para os educadores em geral: a de tentar melhorar a qualidade do ensino e estabelecer caminhos para uma reflexão filosófica de educação entre os profissionais que nela atuam. Somente assim poderemos avançar as discussões sobre o posicionamento teórico-metodológico, seja para o ensino de História, seja para qualquer outro conteúdo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FENELON, Déa. Pesquisa em História: perspectiva e abordagens. In: REZENDE, Ivani. (Coord). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo, Cortez, 1989. p. 117-136.
2. FONSECA, Selva Guimarães e DÂNGELO, Newton. A reforma curricular para o ensino de história no 1º grau - Estado de Minas Gerais. In: *Revista Educação e Filosofia*. Vol. 3, Nº 5 e 6, julho/88 e junho/89. p. 241-245.
3. MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo, Ática, 1988.
4. SANTOS FILHO, José Camilo dos. Articulação e integração entre a Universidade e o ensino de primeiro e segundo graus. In: *Revista Pró-Posições*. Nº 1, março/90. São Paulo, Cortez, 1990, p. 14-27.
5. SILVA, Marcos A. da. *Repensando a História*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
6. Entrevistas com os professores de História da Rede Estadual de Uberlândia - 1º e 2º graus.